

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2017/2017

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SC000047/2017  
DATA DE REGISTRO NO MTE: 17/01/2017  
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR000431/2017  
NÚMERO DO PROCESSO: 48220.000092/2017-91  
DATA DO PROTOCOLO: 08/01/2017

Confirma a autenticidade no endereço <http://www.3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS EMPREGADOS SECURITÁRIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, CNPJ n. 76.599.810/0001-78, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). AIRTON GALDINO;

E

FUNDAÇÃO COOESC DE SEGURIDADE SOCIAL, CNPJ n. 83.564.443/0001-32, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). JOSE MANOEL DE OLIVEIRA ;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **empregados em empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito**, com abrangência territorial em **Florianópolis/SC**.

DISPOSIÇÕES GERAIS  
APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA TERCEIRA - NORMAS CONVENCIONADAS

CLÁUSULA 1ª - REAJUSTE

A partir de 1º de janeiro de 2017, a FUSESC reajustará as Tabelas Salariais do seu Sistema de Cargos e Remuneração em 7,39% (sete vírgula trinta e nove por cento), correspondente à variação acumulada do INPC/IBGE do período de dezembro de 2015 a novembro de 2016.

CLÁUSULA 2ª - PROGRESSÃO POR ANTIGUIDADE

A progressão por antiguidade estabelecida no Sistema de Cargos e Remuneração – SCR, aprovado pela Portaria SRTESEC nº 465, de 28.09.2015 (DOU 09.10.2015), será discriminado em rubrica específica na folha de pagamento, considerando o valor de R\$ 64,34 (sessenta e quatro reais e trinta e quatro centavos) por bônus.

**Parágrafo Único** - O adicional por tempo de serviço (anuidade) foi extinto, sendo que o valor desta rubrica constante no Acordo Coletivo de Trabalho do exercício de 2016, registrado no MTE sob nº SC000015/2016, foi atualizado pelo índice previsto na Cláusula 1ª e integrado na rubrica de Progressão por Antiguidade de cada empregado.

CLÁUSULA 3ª - FUNÇÃO GRATIFICADA

Ao assumir um Cargo de Confiança, o empregado passa a perceber adicional a título de Função Gratificada (FG).

§ 1º - A Função Gratificada (FG) correspondente à diferença entre a remuneração total percebida pelo empregado em decorrência do cargo de confiança e o salário do cargo de confiança exercido, conforme estabelecido no Sistema de Cargos e Remuneração – SCR, aprovado pela Portaria SRTESEC nº 465, de 28.09.2015 (DOU 09.10.2015).

§ 2º - Entende-se como remuneração total, a soma de todas as verbas salariais percebidas pelo empregado.

CLÁUSULA 4ª - AUXÍLIO REFEIÇÃO

A FUSESC concederá aos seus empregados o auxílio refeição no valor de R\$ 29,25 (vinte e nove reais e vinte e cinco centavos), sem descontos, por dia trabalhado, por meio de crédito em cartão eletrônico.

§ 1º - O auxílio refeição será concedido até o dia 25 do mês anterior ao mês de competência, à razão de 22 (vinte e dois) dias fixos por mês, inclusive nos períodos de gozo de férias, concessão de gozo de faltas abonadas previstas na Cláusula 9ª, ausências legais previstas na Cláusula 9ª e até o 15º (décimo quinto) dia nos afastamentos por doença ou acidente de trabalho, sendo que nos demais casos de dias não trabalhados, o auxílio será devido proporcionalmente aos dias trabalhados.

§ 2º - Nos casos de admissão e de retorno ao trabalho do empregado no curso do mês, o auxílio refeição será concedido proporcionalmente.

CLÁUSULA 5ª - AUXÍLIO CESTA ALIMENTAÇÃO

Aos empregados no pleno exercício de suas funções e com jornada igual ou superior a 20 (vinte) horas semanais, a FUSESC concederá auxílio cesta alimentação no valor mensal de R\$ 508,38 (quinhentos e oito reais e trinta e oito centavos) por meio de crédito em cartão eletrônico.

§ 1º - O auxílio cesta alimentação será concedido antecipadamente e mensalmente, inclusive nos períodos de gozo de férias.

§ 2º - Nos casos de admissão e de retorno ao trabalho do empregado no curso do mês, o auxílio cesta alimentação será concedido proporcionalmente.

§ 4º - O funcionário afastado por auxílio-doença, concedido pela Previdência Oficial, fará jus ao auxílio cesta alimentação por um prazo de 90 (noventa) dias, contados do primeiro dia de afastamento do trabalho.

CLÁUSULA 6ª - DÉCIMA TERCEIRA CESTA ALIMENTAÇÃO

A FUSESC concederá, até o dia 11 de dezembro de 2017, a Décima Terceira Cesta Alimentação aos seus empregados o valor de R\$ 508,38 (quinhentos e oito reais e trinta e oito centavos).

CLÁUSULA 7ª - AUXÍLIO CRECHE

A FUSESC pagará mensalmente aos seus empregados um auxílio creche no valor de R\$ 427,61 (quatrocentos e vinte e sete reais e sessenta e um centavos) para cada filho até a idade de 71 (setenta e um) meses.

§ 1º - Para fazer jus ao direito deverá o empregado apresentar a certidão de nascimento do filho e o número de inscrição no Cadastro das Pessoas Físicas - CPF.

§ 2º - Quando os pais forem empregados da FUSESC, o pagamento não será cumulativo, sendo efetuado em favor da empregada.

CLÁUSULA 8ª - FALTAS ABONADAS

É assegurado o direito de gozo de até 05 (cinco) faltas abonadas, contínuas ou alternadas, não acumuláveis e não conversíveis em espécie, a serem utilizadas no período de vigência deste Acordo Coletivo de Trabalho e nas datas definidas em conjunto com o superior hierárquico, aos empregados que não tenham registrado falta ao trabalho injustificadas ou mais de 03 (três) faltas ao trabalho justificadas por atestado médico no exercício de 2016.

CLÁUSULA 9ª - AUSÊNCIAS LEGAIS

Ficam asseguradas as ausências ao trabalho nos termos abaixo, cujo evento ou grau de parentesco está relacionado ao empregado:

I – 04 (quatro) dias úteis consecutivos no caso de falecimento de cônjuge, pai, mãe, filho e dependente econômico reconhecido na Declaração de Imposto de Renda;

II – 02 (dois) dias consecutivos no caso do falecimento de sogro e irmão;

III – 05 (cinco) dias úteis consecutivos em virtude de casamento;

IV – 05 (cinco) dias consecutivos ao pai, garantido o mínimo de 03 (três) dias úteis, no decorrer da primeira semana de vida do filho;

V – 02 (dois) dias úteis por ano para acompanhamento de internação hospitalar de cônjuge, filho, pai ou mãe, devidamente comprovado com atestado médico que indique a necessidade de acompanhamento.

CLÁUSULA 10ª - DATA DE PAGAMENTO

A FUSESC pagará o salário, o auxílio refeição e o auxílio cesta alimentação de seus empregados até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês.

§ 1º - Na hipótese do dia 25 cair em domingo ou feriado, o pagamento do salário será realizado no 1º dia útil posterior e, quando este for sábado, no dia útil anterior.

§ 2º - Na hipótese do dia 25 cair em sábado, domingo ou feriado, o pagamento do auxílio refeição e do auxílio cesta alimentação será realizado no dia útil anterior.

CLÁUSULA 11ª - FÉRIAS

A FUSESC pagará com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, em relação à data de início do gozo de férias, as verbas legais a elas referentes.

§ 1º - O empregado com mais de 12 (doze) meses de trabalho poderá antecipar suas férias (verbas e gozo) em até 03 (três) meses antes de completar o período aquisitivo, condicionado à prévia aprovação da FUSESC.

§ 2º - Qualquer alteração na escala de férias deverá ser comunicada pela parte interessada, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em relação à data do início do gozo de férias pelo empregado, salvo motivo de força maior, condicionado à prévia aprovação da FUSESC.

CLÁUSULA 12ª - ADIANTAMENTO DO 13º SALÁRIO DE 2017

A FUSESC pagará aos empregados que não estejam com seu contrato de trabalho suspenso, até o dia 16 de janeiro, a antecipação equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do décimo-terceiro salário do ano de 2017.

CLÁUSULA 13ª - INTERVALO INTRAJORNADA

A concessão de intervalo para almoço deverá necessariamente recair no período compreendido entre a 3ª e 5ª hora.

**Parágrafo Único** - Fica assegurado ao empregado o direito de definir, de comum acordo com o superior hierárquico, o tempo de intervalo para almoço, tendo no mínimo uma hora.

CLÁUSULA 14ª - TRABALHO DAS GESTANTES

A FUSESC assegurará para a empregada gestante o remanejamento de atividades, sem prejuízo salarial, por recomendação médica e inabilidade pelo serviço de medicina do trabalho.

CLÁUSULA 15ª - EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS

Os empregados deverão ser submetidos a exames médicos periódicos e específicos para cada função.

§ 1º - A FUSESC se compromete a critério do serviço de medicina do trabalho, a custear exames complementares específicos de doenças ocupacionais.

§ 2º - O empregado receberá cópia fiel dos resultados dos exames médicos realizados.

CLÁUSULA 16ª - REMANEJAMENTO POR DOENÇA

Fica garantido ao empregado remanejamento de cargo/função sempre que o exercício deste trouxer agravio à saúde ou exista nexo causal entre o trabalho e a doença, cuja comprovação de doença deverá ser atestada pelo serviço de medicina do trabalho.

**Parágrafo Único** - A FUSESC informará ao SINDICATO os casos de reabilitação e de reinserção dos empregados afastados do trabalho, por motivos de acidente ou doença profissional, bem como permitirá o acompanhamento desses casos.

CLÁUSULA 17ª - SEGURO DE VIDA EM GRUPO

A FUSESC celebrará contrato de seguro de vida em grupo em prol de seus empregados contemplando, em caso de morte, um seguro de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) e auxílio funeral no montante de R\$ 3.000,00 (três mil reais), e na hipótese de invalidez permanente total, um seguro de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

CLÁUSULA 18ª - AUXÍLIO-DOENÇA

Na hipótese de concessão de auxílio-doença pela Previdência Social, é assegurada ao empregado a complementação deste benefício previdenciário pela FUSESC, por três meses consecutivos, o qual será calculado com base na diferença entre a importância recebida do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e a remuneração percebida mensalmente.

§ 1º - A FUSESC poderá exigir que o empregado realize exames para atestar a incapacidade. Ficando demonstrado, através de laudo médico, que o empregado está apto para o exercício profissional, será cancelada a complementação.

§ 2º - Não sendo conhecido o valor do auxílio-doença, a complementação deverá ser paga em valores estimados, compensando-se as diferenças no pagamento imediatamente posterior.

CLÁUSULA 19ª - TREINAMENTO

A FUSESC proporcionará treinamento adequado sempre que o empregado for designado para desempenhar novas atribuições laborais.

**Parágrafo Único** - A participação dos empregados em cursos promovidos ou custeados pela FUSESC, visando o aprimoramento profissional destes, bem como em congressos/seminários, não será havida como labor extraordinário.

CLÁUSULA 20ª - ACORDO DE COMPENSAÇÃO DE HORAS

O acréscimo ou a diminuição da jornada de trabalho em um determinado dia da semana poderá ser compensado em outro, desde que não exceda, no período máximo de 12 (doze) meses, à soma das jornadas semanais de 44 (quarenta e quatro) horas, nem seja ultrapassado o limite máximo de 10 (dez) horas diárias.

**Parágrafo Único** - O sábado constituir-se-á em dia útil não trabalhado.

**CLÁUSULA 21ª - DESPESA DO CUMPRIMENTO DO AVISO PRÉVIO**

No caso de pedido de demissão, o empregado, desde que comprove, por escrito, a existência de novo emprego, estará dispensado do cumprimento (trabalho) do aviso prévio, percebendo, então, apenas os dias efetivamente trabalhados.

**CLÁUSULA 22ª - COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA**

É instituída, nos termos do artigo 602-C da Consolidação das Leis do Trabalho, a Comissão de Conciliação Prévia, composta de um representante da FUSESC, um Diretor do SINDICATO e respectivos suplentes, estes últimos não pertencentes aos quadros da FUSESC, com o objetivo de conciliar os conflitos individuais de trabalho.

§ 1ª - A Comissão atuará em todos os casos em que o empregado manifestar interesse em apresentar reivindicação, inclusive no momento de sua rescisão contratual.

§ 2ª - As reivindicações serão apresentadas pelo empregado ao SINDICATO que encaminhará o pleito à FUSESC, designando data para a tentativa de conciliação entre as partes, a qual deverá ser realizada no prazo de 10 (dez) dias na sede do SINDICATO.

§ 3ª - Na data da tentativa de conciliação será exigida a presença dos integrantes titulares da Comissão, do empregado e de um Diretor ou preposto da FUSESC.

§ 4ª - Aceita a conciliação será lavrado o competente termo, ficando as partes obrigadas a cumpri-lo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de cláusula penal de 10% (dez por cento).

§ 5ª - O termo de conciliação é título executivo extrajudicial e terá eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas.

§ 6ª - Não prosperando a conciliação será fornecida às partes declaração de tentativa conciliatória frustrada.

§ 7ª - Para cobrir as despesas administrativas, o SINDICATO fará jus a uma taxa de R\$ 130,00 (cento e trinta reais) nos acordos firmados e R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) nas tentativas frustradas.

**CLÁUSULA 23ª - AUXÍLIO EDUCAÇÃO**

Aos empregados que estiverem regularmente matriculados em curso de nível superior e de pós-graduação, fica facultado a FUSESC honrar, desde que seja de sua exclusiva conveniência e pelo prazo que julgar pertinente, com uma bolsa para custear os estudos.

§ 1ª - Observado o disposto no caput, para os cursos de nível superior o auxílio educação será de 60% (sessenta por cento) do valor da mensalidade para os empregados com salário bruto de até R\$ 2.846,20 (dois mil, oitocentos e quarenta e seis reais e vinte centavos) e de 50% para os demais.

§ 2ª - Observado o disposto no caput, para os cursos de pós-graduação o auxílio educação será de até 100% (cem por cento) do valor da mensalidade.

§ 3ª - O auxílio educação não tem caráter remuneratório na relação de emprego e não se vincula para nenhum efeito ao salário do empregado.

§ 4ª - Para fazer jus ao auxílio educação, bem como para a finalidade de afetar a manutenção do benefício, o empregado deverá apresentar mensalmente o comprovante da mensalidade quitada e, a cada semestre, o atestado de frequência e o histórico escolar.

§ 5ª - A FUSESC poderá, a qualquer tempo, deixar de arcar com o auxílio educação em favor do empregado.

**CLÁUSULA 24ª - QUADRO DE AVISOS**

Será disponibilizado ao SINDICATO quadro para afixação de documentos relativos a assuntos que envolvam a área de pessoal como ordens de serviço, comunicados e circulares.

**CLÁUSULA 25ª - ATESTADOS MÉDICOS**

O abono de falta mediante a apresentação de atestado médico somente será realizada com o endosso do médico do trabalho indicado pela FUSESC e será restrito às enfermidades do empregado, não sendo estendido, portanto, às de seu cônjuge ou dependentes.

Parágrafo único - O atestado médico deverá ser apresentado até o segundo dia do retorno do empregado ao trabalho, sob pena de caracterizar falta injustificada.

**CLÁUSULA 26ª - DESCONTO DA MENSALIDADE SINDICAL**

A FUSESC obriga-se a apresentar no ato em que efetivar o repasse das mensalidades para o SINDICATO a relação de associados que tiveram os seus descontos interrompidos naquele mês, os falecimentos, os desligamentos da empresa e as licenças não remuneradas.

Parágrafo único - O repasse será feito em até 05 (cinco) dias úteis após o desconto em folha.

**CLÁUSULA 27ª - LIVRE ACESSO À EMPRESA**

Os dirigentes sindicais devidamente credenciados pelo SINDICATO terão livre acesso aos recintos de trabalho da FUSESC, para distribuição de boletins sindicais contendo informações administrativas, econômicas e trabalhistas.

Parágrafo único - Para que os dirigentes sindicais realizem reuniões nos locais de trabalho será necessária autorização prévia da FUSESC.

**CLÁUSULA 28ª - ABONO ÚNICO**

A FUSESC concederá aos seus empregados com contrato de trabalho vigente em 1º de janeiro de 2017 um abono único, desvinculado do salário, de caráter excepcional, no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), a ser pago até o dia 16 de janeiro de 2017.

**CLÁUSULA 29ª - VIGÊNCIA**

O presente Acordo Coletivo de Trabalho terá a vigência de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017.

ARTON GALDINO  
PRESIDENTE  
SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS EMPREGADOS SECURITÁRIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

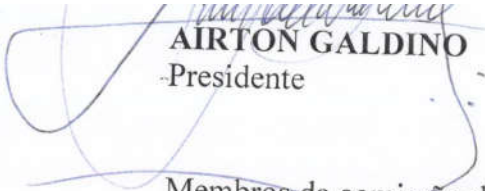
JOSE MANOEL DE OLIVEIRA  
DIRETOR  
FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL

ANEXOS  
ANEXO I - ATA ASSINADA

**SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS EMPREGADOS SECURITÁRIOS  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CNPJ Nº 76.599.810/0001-78 – CÓDIGO SINDICAL Nº 006.020.01556-8**

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA APROVAÇÃO DO  
ACORDO COLETIVO DE TRABALHO**

Reuniram-se os empregados da empresa **FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL - FUSESC**, na sede desta, conforme lista de presença, entregando aos presentes a pauta de reivindicação já analisada pela parte patronal. Após a leitura foi solicitado a aprovação, exclusão ou correção para melhorar a proposta. Estando todos de acordo com as propostas aprovadas. Nada mais havendo para o debate, foi encerrada a assembleia, que ora vai assinada pelo Presidente do Sindicato.

  
**AIRTON GALDINO**  
Presidente

Membros da comissão dos empregados:

Endereço: Rua Tenente Silveira, 199 – Conj. 201 – 2º Andar - Ed. Apolo -Centro – Cep.88010-300  
FLORIANÓPOLIS/SC. Fone/Fax: (48) 3223.1796 – 3223.2290.  
Email: [sindicato@securitariofpolis.org.br](mailto:sindicato@securitariofpolis.org.br) - Site: [www.securitariofpolis.org.br](http://www.securitariofpolis.org.br)

ANEXO II - LISTA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.